



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181104 - PR (2021/0214386-0)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
SUSCITANTE : JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DE FOZ DO IGUAÇU - SJ/PR
INTERES. : OZEIAS CAVALHEIRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (PR), suscitante, e o JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DE FOZ DO IGUAÇU (SJ-PR), suscitado, no âmbito de execução penal.

O objeto deste conflito é o processamento de execução da pena em regime semiaberto imputada ao interessado Ozeias Cavalheiro.

O Juízo suscitado, nos autos da Execução n. 5002454-38.2014.4.04.7012, ciente da alteração voluntária do domicílio do apenado e da existência de outra execução penal em andamento na Comarca de Balneário Camboriú, converteu a pena restritiva de direitos do interessado em privativa de liberdade a fim de possibilitar a unificação com a pena executada pelo Juízo estadual. Em consequência disso, declinou da competência para processar a execução em favor do Juízo daquela localidade (fls. 428-429).

Distribuído o feito para o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de São José dos Pinhais (PR), este suscitou conflito negativo de competência, destacando-se na decisão os seguintes trechos (fls. 438-436):

[...] o Juízo Federal reconverteu a pena restritiva de direitos imposta ao réu nos autos de nº 5000466-84.2011.404.7012 em privativa de liberdade e, em seguida, declinou da competência para executar a pena privativa de liberdade do condenado à Justiça Estadual.

Desta feita, reconvertida a pena imposta ao réu pelo Juízo Federal em pena privativa de liberdade, nota-se que deverá ser cumprida em regime inicial aberto, conforme definido na sentença condenatória e determinado da guia de recolhimento de evento 20.1, p. 10-14.

Por sua vez, na presente execução penal, por força da decisão de evento 1.249, o apenado cumpre a pena que lhe foi imposta em regime aberto desde 06 (seis) de junho de 2019 [...].

Percebe-se, assim, que o reeducando não se encontra recolhido em estabelecimento sujeito à administração estadual, motivo pelo qual não incide ao caso a Súmula nº 192 do Superior Tribunal de Justiça. Trata-se, em verdade, de hipótese de aplicação do artigo 65 da Lei de Execuções Penais, segundo o qual "A execução penal competirá ao Juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao da sentença".

[...]

Assim, considerando que este Juízo não é competente para a execução da pena imposta ao sentenciado, bem como que o Juízo Federal se declarou incompetente para processamento do feito (conforme decisão de evento 20.3, p. 215-216), a hipótese é de conflito negativo de competência, nos termos do artigo 114, inciso I, do código de Processo Penal. Ante o exposto, SUSCITA-SE O CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA, com fulcro no artigo 114, inciso I, do código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A ação originária envolve execução de pena restritiva de direitos que foi convertida em privativa de liberdade. Em razão disso, deve ser designado um dos juízos envolvidos neste conflito para decidir as medidas urgentes.

A jurisprudência do STJ é no sentido de que, "tendo o réu sido condenado pela Justiça Federal a pena a ser inicialmente cumprida no regime aberto, deve a execução ser processada por esta, nos termos do art. 65, da Lei de Execuções Penais" (AgRg no CC n. 153.707/PR, relator o Min. Felix Fischer, DJe 10/11/ 2017).

Ante o exposto, designo o JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DE FOZ DO IGUAÇU (SJ-PR), ora suscitado, para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes que porventura surgirem.

Comunique-se, ainda, ao Juízo suscitado para que preste as devidas informações, em 10 dias, nos termos do art. 197 do RISTJ.

Dê-se ciência ao Juízo suscitante acerca do que foi aqui determinado.

Após, vista ao Ministério Público Federal pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, sejam os autos conclusos ao relator .

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente